

A "COLCHA DE RETALHOS": UMA METÁFORA DO CONHECIMENTO

Roberto Antônio Penêdo do Amaral*1

RESUMO

Este artigo lança questões sobre a construção do conhecimento do senso comum, a partir da metáfora da "colcha de retalhos", como sendo a forma e o conteúdo em que esse saber é concebido. Trata-se aqui de apropriar-se dessa metáfora como uma possível tradução do saber do senso comum, em contraposição à visão pejorativa que a mesma suscita quando o conhecimento científico a ela se refere.

Palavras-chave: saber e senso comum, cultura e conhecimento, metáfora e realidade.

O senso comum faz coincidir causa e intenção; subjaz-lhe uma visão do mundo assente na acção e no princípio da criatividade e da responsabilidade individuais. O senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência se afirma fiável e securizante. O senso comum é transparente e evidente; desconfia da opacidade dos objectivos tecnológicos e do esoterismo do conhecimento em nome do princípio de igualdade do acesso ao discurso, à competência cognitiva e à competência lingüística. O senso comum é superficial porque desdenha das estruturas que estão para além da consciência, mas, por isso mesmo, é exímio em captar a profundidade horizontal das relações conscientes entre pessoas e entre pessoas e coisas. O senso comum é indisciplinar e imetódico; não resulta de uma prática orientada para o produzir; reproduz-se espontaneamente no suceder quotidiano da vida. O senso comum aceita o que existe tal como existe; privilegia a acção que não produza rupturas significativas no real. Por último, o senso

comum é retórico e metafórico; não ensina, persuade . (Souza Santos, 1999, p. 56)

Há uma singela canção popular que, de vez em quando, inunda as minhas lembranças. No entanto, não é nem porque eu goste tanto dela ou porque ela me traga reminiscências indeléveis. Simplesmente ela faz parte, de forma significativa, do meu inventário cultural. Na realidade, eu a evoco, nesse momento, motivado por uma intuição que tive quanto ao conhecimento do senso comum metaforizado pela imagem rústica, porém belíssima, de uma “colcha de retalhos”. Mas antes que eu me espraie sobre as possibilidades fecundas que essa intuição me proporcionou, deixe-me apresentar alguns versos da canção que tem o título homônimo ao da metáfora e que foi imortalizada pelos cantores populares Cascatinha e Inhana:

deste	Aquela colcha de retalho que tu me
costurada	Juntando pedaço em pedaço foi
nossa pobreza	Serviu para o nosso abrigo em
guardada	Aquela colcha de retalho está bem
vivendo	Agora na vida rica que estás
cetim	Terás como agasalho colcha de
corpo inteiro	Mas quando chegar o frio em teu
também de mim	Tu hás de lembrar da colcha e

Como eu afirmei, trata-se de uma canção singela e, aparentemente, despreziosa. Porém, as imagens que são possíveis recriar com base nela, e, sobretudo, no objeto “colcha de retalhos” são infinitas.

Numa tentativa de descrever uma “colcha de retalhos”, eu diria que é um todo (a própria colcha) construído (cerzida) a partir de diversas partes (retalhos) e que serve para abrigar as pessoas e

enfeitar-lhes o quarto.

Em outras palavras, e fazendo uma analogia com a construção do conhecimento do senso comum, eu diria que a “colcha de retalhos” traduz-se no todo desse saber “ordinário”, cujas partes (os retalhos multicoloridos, multiformes, de várias estampas e texturas) estão embebidas de histórias, existências, encontros e visões de mundo, costuradas manualmente, com paciência, resignação, revolta, dor, compreensão, fé, carinho, raiva e, acima de tudo, com arte. Essa construção artesanal me permite chamar esse saber “ordinário” de saber extraordinário.

Essa “colcha de retalhos” é com que os transeuntes do senso comum podem contar, é o seu abrigo metafórico e intuitivo. Nesse sentido, o conhecimento que resulta nessa “colcha de retalhos” é extremamente significativo porque é prenhe de vitalidade, já que brotou de uma relação direta do ser humano com o mundo e com os seus pares. Como diria Maffesoli (1998, p. 161-162):

A intuição e o uso da metáfora são, justamente, expressões desse senso comum. Empenham-se em ultrapassar as mediações para alcançar, diretamente, o próprio coração das coisas. Atêm-se, antes de mais nada, ao aspecto concreto dos fenômenos e, assim, participam de um ‘elã vital’ que, em geral, não tem boa imagem, mas do qual é necessário reconhecer, contemporaneamente, a atualidade.

Convém aqui, sob a perspectiva de Maffesoli, esclarecer duas noções fundantes do saber do senso comum, mencionadas no parágrafo anterior e que são iluminadoras da discussão que estou ora apresentando: intuição e metáfora.

Intuir é uma maneira de antecipar os acontecimentos e, dessa forma, estabelecer um ato de conhecimento do mundo vivido em que todas as dimensões do ser humano são ativadas, e o aprendizado é menos um processo que se dá pelo entendimento (razão) do que pelo sentimento – aqui apresentado na sua dimensão compreensiva mas, acima de tudo, na sua dimensão “epidérmica”. Como diria o compositor baiano Gilberto Gil, “sentir é questão de pele”.

Prenhes desse êxtase da apreensão imediata e inteira do mundo vivido estão os poetas, os artistas, os místicos e o senso comum, posto que estes se atêm à fruição, ao desfrute, ao deleite e

à apreciação da realidade mundana tal qual ela se lhes apresenta: divina ou herética; cristalina ou opaca; fácil ou insolúvel; bela ou trágica.

Sendo a intuição um pressuposto da subjetividade mas, ao mesmo tempo, uma atmosfera cultural de um determinado grupo social, é por esse viés que o mundo e a vida são vistos pelo senso comum: a partir de um mirante de onde se acompanha o nascer e o pôr-do-sol e onde a temporalidade é medida menos pelo calendário e mais pelo passar das noites e dos dias, pelos nascimentos e pelo surgimento dos primeiros cabelos brancos, momentos esses dignos de rituais e comemorações, pois se traduzem no “sim” à existência.

Para Maffesoli (1998, p. 35),

assim como o relâmpago, o espírito intuitivo, ao mesmo tempo que brota da própria vida, retorna a ela para clareá-la em profundidade. [...]. É ele que dá sentido, que transforma a existência, que transfigura a matéria e, sobretudo, funda a comunidade. É assim que se pode apresentar a intuição como expressão de um conhecimento orgânico. Num movimento de reversibilidade ela transpira o dado mundano, o do ambiente social, ao mesmo tempo reflui sobre ele, assegura-lhe a solidez, estrutura-o para o longo prazo.

A “colcha de retalhos”, imagem e sentido, envolve e abriga a intuição porque esta compreende o mundo em todas as suas nuances, características, aparências, visões e traços, ou seja, abarca o mundo em suas diversas apresentações, mas não redonda essa multidimensionalidade mundana numa noção unitária, universalizante e impessoal, como o faz o conhecimento sistematizado, ao contrário, “remenda” as várias perspectivas da realidade num todo relativizado, cuja melhor analogia é a imagem da própria “colcha de retalhos”.

Como a “vivência” da intuição está presente de forma intensa no poeta, no artista, no místico e no senso comum, possibilita que estes tenham uma relação estética com o mundo vivido ou, como diria Maffesoli (1998, p. 37), permite que estes possam

viver em comum, sentir em uníssono, experimentar coletivamente. Coisas que permitem a cada um, movido pelo ideal comunitário, sentir-se deste mundo e em casa neste mundo.

Nessa perspectiva, é inegável o papel da intuição como instauradora do ato de conhecimento (inclusive do científico)¹ e como tensionadora da experiência estética com o mundo vivido.

A outra noção fundamental para a compreensão do conhecimento do senso comum é a metáfora. Esta noção sempre foi colocada como suspeita para tratar de questões ligadas às teorias do conhecimento. Seja pela sua vinculação à subjetividade, aos sentimentos, às emoções, às imagens; seja pela sua incompatibilidade com a clareza, com a lógica, com a assepsia do discurso científico. Creio, no entanto, que o imponderável dessa questão seja o caráter sedutor da linguagem metafórica. As infinitas possibilidades e traduções que ela permite revelam-se uma fera mordaz e irascível que precisa ser enjaulada pelas grades da disciplina, do rigor, da higiene e da denotação da linguagem sistematizada.

Dartigues (1973), numa apresentação da fenomenologia heideggeriana, aproxima-se deliciosamente da discussão que aqui realizo sobre a metáfora e esta em relação ao pensamento do ser humano, na busca de uma linguagem que realmente dê conta de “encarnar” este mesmo pensamento:

Ora, conceber o pensamento conforme um modelo técnico ‘equivale a um procedimento que tentasse apreciar a essência e os recursos do peixe segundo a sua capacidade de viver em terreno seco’. E, no entanto, pensar o Ser é de fato a vocação do pensamento e pensá-lo precisamente na linguagem, pois a linguagem é, no âmago da existência temporal, o limite que une a facticidade e o projeto do existente, seu já-aí e seu possível”. (Dartigues, 1973, p. 132)

Dartigues, a partir de Heidegger, dá também indicações de que palavra seria portadora desse Ser da linguagem que se dá no “âmago da existência temporal”:

Mas portadora dele é também essa outra palavra nascente que é a palavra do poeta, pois não é o poeta que faz a palavra, mas a palavra o poeta. A poesia é uma linguagem ainda não dominada que o homem não fala dominando-a, mas que é falada ao homem: ‘Pois, no sentido próprio do termo, é a linguagem quem fala. O homem fala somente pelo fato de responder à linguagem escutando o que ela lhe diz’. (Dartigues, 1973, p. 133–grifos meus)

Do que é constituída a poesia senão de metáforas? Portanto, “colcha de retalhos”, senso comum e metáfora são sinônimos de uma mesma visão de mundo: aquele mundo da imprevisibilidade, do fortuito, do acidental, do cambiante.

A metáfora, nesse sentido, difere do conceito, porque não aspira nem à verdade científica ou racionalmente comprovada, nem à estabilidade da palavra. A metáfora, ao contrário, impõe o movimento, a mudança, a transitoriedade, portanto, a atividade da palavra.² O mundo, nessa resignificação, ganha cores, sentidos, abundância, generosidade, formas. Dessacraliza-se, dessa maneira, a figura do intelectual tradicional, detentor do discurso técnico, formal e verdadeiro; a “verdade”, a partir da metáfora, transforma-se em “verdades” e todos, então, são sábios, porque cada um é pleno de “vivências”.

Recentemente, relendo Gramsci (1995, p. 11), fiquei feliz ao redescobrir a sua famosa afirmação de “que todos os homens são ‘filósofos’”. Entretanto, esse mesmo pensador define os limites e as características dessa “filosofia espontânea”, ou seja, comum a “todo o mundo”, indicando sua presença:

1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo sistema de crenças, superstições, modos de ver, de agir que se manifestam naquilo que se conhece por ‘folclore’. (Gramsci, 1995, p. 11)

Essa caracterização proposta é justamente uma descrição mais elaborada do saber do senso comum, ou seja, dessa “colcha de retalhos” da qual eu falo e que se constitui, segundo Gramsci (1995, p. 12),

Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é composta de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens da caverna e princípios da ciência mais moderna e progressista; preconceitos de todas as fases históricas passadas, grosseiramente localistas, e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado.

O sentido dicionarizado da palavra “bizarra”, presente nessa citação de Gramsci, é “esquisita”. Mas, além desse sentido, “bizarra” pode significar gentil, garbosa, bem apessoada, bem vestida, generosa, nobre, jactanciosa. É curioso como os sentidos dessa palavra conduzem à metáfora da “colcha de retalhos”, tanto no seu aspecto estético quanto na visão de conhecimento que aqui estou tratando.

O olhar de Gramsci para essa “colcha de retalhos”, como se vê, não é muito generoso, posto que ele a coloca em oposição e subjacente à outra possibilidade de conhecimento, denotando, assim, uma certa hierarquização dos saberes, quando lança o seguinte problema:

É preferível ‘pensar’ sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, ‘participar’ de uma concepção de mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos vários grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...] ou é preferível elaborar a própria concepção de mundo de uma maneira crítica e consciente e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser o guia de si mesmo e não aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade? (Gramsci, 1995, p. 12)

A questão colocada nesses termos ganha uma diretividade óbvia que nos inclina a decidir pela segunda opção proposta, sob pena de sermos “enquadrados” naquele imenso contingente de “homens-massa”.

Em outro momento, escrevi:

Como a humanidade se conduziu até então? Antes do providencial revelar-se da razão, o ser humano já não houvera chegado aos pés da mesma, ainda que de joelhos, descalço e derreado pelo peso da ‘ignorância’? (Amaral, 1999, p. 41)

Em outras palavras, os “homens-massa”, representantes do senso comum, conduziram-se e continuam se conduzindo iluminados da “mesma maneira bizarra” por suas intuições, metáforas,

valores e mitos, ou seja, abrigados pela mesma “colcha de retalhos”.

Essa aventura do senso comum – que possui a bússola da razão imprecisa e o mapa do conhecimento formal esmaecido, mas que possui também, fulgurante, a tocha da intuição – nos ensina caminhos tortuosos, mas também atalhos. Ela nos ensina que antes do conceito asséptico existe a vida pululante.

Não há sombra de dúvida que essa concepção brota de um relacionamento íntimo com o mundo vivido, com um retorno às origens, lá onde reside o sentido primordial dos fenômenos, ou como declara, brilhantemente, Duarte Jr. (1994, p. 18):

Talvez se possa considerar que nas culturas ditas “primitivas” a vida seja mais esteticamente vivida, na medida em que cada ação do indivíduo faz parte de um universo de valores e sentidos, do qual ele tem uma visão abrangente. Enquanto que nós, civilizados, estamos mergulhados num oceano de significações, entre as quais devemos eleger aquelas que pautem nosso agir ordinário; e nem sempre é possível que este agir diário se coadune com nosso esquema de valores e significados.

Isso não significa, porém, que o mundo da ciência não fale do mundo da vida. A ciência e o saber sistematizado são frutos da elaboração de seres humanos na relação destes com este mesmo mundo em que vivemos e não com outro mundo alienígena e inacessível. O que ocorre é que, quando a ciência trata dos seres humanos, se ocupa apenas dos corpos e esquece a subjetividade dos mesmos. Dessa forma, o próprio cientista se aliena no seu discurso objetivo, transformando-o numa fala “de ninguém”, mas, ao mesmo tempo, numa “verdade” para todos. Para Dartigues (1973, p. 78), numa perspectiva husserliana,

para dissipar a ilusão objetivista, é preciso fazer reaparecer o liame que liga a ciência ao mundo da vida, isto é, ao mundo cotidiano em que vivemos, agimos, fazemos projetos, entre outros, o da ciência, em que somos felizes ou infelizes.

Buscando traçar um breve histórico sobre o surgimento da noção de senso comum, recorri a Souza Santos (1989, p. 36-37), que faz o seguinte relato:

O senso comum, enquanto conceito filosófico, surge no século XVIII e representa o combate ideológico da burguesia emergente contra o irracionalismo do Ancien Régime. Trata-se, pois, de um senso que se pretende natural, razoável, prudente, um senso que é burguês e que, por dupla implicação, se converte em senso médio e senso universal. A valorização filosófica do senso comum esteve, pois, ligada ao projeto político de ascensão ao poder da burguesia, pelo que não surpreende que, uma vez ganho o poder, o conceito filosófico de senso comum tenha sido correspondentemente desvalorizado como significando superficial e ilusório.

É interessante notar como o senso comum já representou “a verdade” até para um grupo de intelectuais de um determinado período histórico da humanidade. Hoje, ele possui as suas próprias “verdades” numa dimensão relativista e perspectivista de condução de seu próprio destino, em oposição à unidade da verdade científica, impessoal e universal.

Quando afirmo que o senso comum tem “se conduzido”, sei que há vozes discordantes no sentido de dizer o contrário, ou seja, que pelo seu estigma de “ingenuidade”, “superficialidade”, “volubilidade”, o senso comum seria conduzido, como já disse Gramsci (1995, p. 12), “por uma concepção do mundo ‘imposta’ mecanicamente pelo ambiente exterior”, ou, em outras palavras, o senso comum seria “conformista de algum conformismo”. Assentir com essa aparente “evidência” é enxergar os representantes do senso comum como uma massa amorfa e acomodada, esperando que alguém lhes dê a forma que mais lhe convenha (os “conscientizadores”, por exemplo), na realidade, o senso comum “inventa”³ o seu próprio caminho; é negar a capacidade do senso comum de resistir e irromper diante de situações adversas; é ter uma concepção fixista sobre o senso comum, negando o seu movimento dialético interno e externo demonstrado pelas influências/adaptações/acomodações nas reconfigurações do mundo. Enfim, não reconhecer a “colcha de retalhos” de que se compõe o conhecimento do senso comum é supor que a ciência deu-se desde sempre, que ela tem a “idade do homem”, que não é fruto dos próprios acertos e desacertos do senso comum – este, enquanto conhecimento vital, posto que é parceiro da vida, desta que se faz no cotidiano, no corpo a corpo com o mundo vivido.

Gostaria de incluir aqui uma outra noção para clarificar em que sentido eu afirmo que o conhecimento do senso comum é parceiro da vida e esta é vista como viver o aqui e o agora. A noção de “intensidade”, como apresentada por Ortega (1998, p. 8-9), aproxima-se em larga medida das circunstâncias de criação do conhecimento do senso comum:

Pensar a intensidade ou pensar intensamente é uma forma de pensar o aberto, o acontecimento, esses momentos excepcionais, nos quais se interrompem a regularidade e a necessidade, mesmo por um instante. Este pensamento é, por natureza, assistemático e fragmentário. A intensidade somente pode ser pensada intempestiva, fugaz e provisória, semelhante a pinceladas impressionistas que revelem alguns momentos por um brilho peculiar, ou seja, pela sua intensidade.

É essa “intensidade” que está presente no senso comum no momento de suas escolhas, de suas decisões, dos seus arroubos. Essa “intensidade” carregada de intuitividades e de imagens metafóricas irrompe nos átimos críticos, nas horas extremas e absurdas em que esse saber (extra)ordinário tem de decidir. E é nesse sentido também que o conhecimento do senso comum é um conhecimento trágico: porque caótico, porque incerto, porque imprevisível, porque efervescente, porque não racionalizante, porque não controlável e, no entanto, humano, demasiado humano. Trágico, porque da mistura fervilhante de que ele é composto no cadinho existencial não se sabe se o seu sabor é doce, insípido ou amaro, a não ser que se prove dele, a não ser que se o experimente. Nesse sentido, o conhecimento do senso comum também tem um teor “culinário”.

Nietzsche dá a dimensão exata do conhecimento trágico, através da explicitação do seu amor fati, apresentado aqui por Scarlett Marton (1993, p. 67-68):

Converter o impedimento em meio, o obstáculo em estímulo, adversário em aliado é afirmar, com alegria, o acaso e a necessidade ao mesmo tempo; é dizer sim à vida. Nem conformismo, nem resignação, nem submissão passiva: amor; nem lei, nem causa, nem finalidade: fatum (destino). Amor fati, aí se acha reunido o que aparentemente não se pode reunir: a atividade em vista de realizar o que ainda não é a aceitação amorosa do que advém. Em vez de

esperar que um poder transcendente justifique o mundo, o homem tem de dar sentido à própria vida; em vez de aguardar que venham redimi-lo, deve amar cada instante como ele é.

Volto a afirmar o que já afirmei em outro momento (Amaral, 1999): não questiono aqui a validade do saber científico, mas a sua imprescindibilidade. Devemos, necessariamente, partir do senso comum para, num processo hierarquizante e gradativo, alcançar o topo do conhecimento sistematizado, racionalista e científico? É da natureza humana essa busca interminável e doentia em busca do conhecimento racionalizante e cientificista ou somos reféns neuróticos de uma busca impositiva, incessante e estéril? E as outras dimensões do ser humano? Como fica a dimensão do estético, do afetivo, das quais o senso comum é tão íntimo? Onde está o conhecimento do mundo vivido? Na frieza, às vezes, impenetrável dos conceitos ou no calor aprazível proporcionado por uma singela “colcha de retalhos”?

Eu estou entre aqueles que acreditam que o senso comum não deva, necessariamente, tender para o conhecimento formal e sistematizado, chamado por Gramsci de “bom senso”. A meu ver, o “bom senso” já está no senso comum, até porque ele tem o “bom senso” de também reconhecer e incorporar o valor do saber científico sem anular-se. O valor do senso comum está nele próprio, no modo “caleidoscópico” de encarar o mundo: trágico, multidimensional e sempre à deriva. É esse também o pensamento de Maffesoli (1998, p. 170), quando declara:

De minha parte, acredito que seja exatamente isso que convém pôr em questão. De um modo fenomenológico ou compreensivo, talvez se deva considerar o senso comum não como um momento a ultrapassar, não como um ‘pré-texto’ que prefigura o texto verdadeiro que pode ser escrito sobre o social, mas como uma maneira de ser e de pensar que basta a si própria e que não carece, quanto a isso, de nenhum modo preconcebido, fosse qual fosse, que lhe desse sentido e respeitabilidade.

Gostaria de concluir esse artigo fazendo com que as deliciosas palavras do genial poeta Manoel de Barros digam, em poucos versos, o que eu tentei explicar em inúmeras linhas. Nesse poema esse grande poeta pantaneiro, de uma forma singela e

amorosa, une metáfora, intuição e intensidade e deixa que o senso comum extravase em percepções e embeveça através de doces palavras que falam o que dizem:

A ciência pode classificar e nomear os órgãos de um sabiá. Mas não pode medir seus encantos. A ciência não pode calcular quantos cavalos de força existem nos encantos de um sabiá.

Quem acumula muita informação perde o condão de adivinhar : divinare. Os sabiás divinam.

ABSTRACT

This essay casts questions about the common sense knowledge, since the “shred blanket” metaphor, as being the form and the content in which this knowledge is conceived. It is a question of metaphor appropriation as a translation possibility of the common sense, in contraposition to the pejorative vision that it suscitates when the scientific knowledge refers to it.

KEYWORDS: knowledge and common sense, culture and learning, metaphor and reality.

NOTAS

1. Em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em 1999, o sociólogo italiano Domenico de Masi exemplificou a presença da intuição e da experiência estética no ato de conhecimento científico, quando falou sobre o grupo criativo de Cambridge, que descobriu a estrutura do DNA. Esse grupo competia com um outro que trabalhava em Londres. O grupo rival ao de Cambridge, sempre que realizava um projeto sobre uma possível estrutura do DNA, fazia testes e isso exigia alguns dias. Mas o grupo de Cambridge agiu de outra forma: desenharam todas as possíveis estruturas do DNA. Foram dezenas e dezenas. Mas, aí, deveriam escolher por qual estrutura começariam os testes. Escolheram a mais bonita. Começaram por ela. E aquela era a certa. E o próprio grupo rival reconheceu ao ver a estrutura: “É bonita demais para não ser a verdadeira”.
2. Interessante verificar, também, a presença da metáfora no ato de conhecimento racional, por exemplo, a construção que Platão faz da “Alegoria da caverna” para discernir o mundo inteligível do mundo sensível: “Em A República, Platão discorre sobre a essência da pólis e da verdade, recorrendo à ficção e ao método do diálogo. No livro VII, expõe a ‘alegoria da caverna’. Sócrates, personagem permanente em todos os diálogos de Platão, conta a Glauco, seu interlocutor, a história de prisioneiros acorrentados desde a infância, por pescoços, braços e pernas, ao interior de uma caverna, escravos capazes tão-somente de contemplar sombras e objetos, de tomar ilusões por realidade, opiniões por verdade” (Matos, 1997, p. 34).
3. Inventar aqui tem o sentido dado por Maffesoli (1998, p. 153): “Inventar é descobrir aquilo que pode estar oculto mas que, nem por isso, está menos presente, em recantos esquecidos e por vezes obscuros”.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Roberto A. P. do. Conhecimento e existência. Millennium. (Revista da Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Goianésia – GO). Goianésia: UEG, 1999.
- DARTIGUES, André. O que é a fenomenologia? Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- DUARTE JR. João-Francisco. Fundamentos estéticos da educação. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. 10. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, 1995.
- MAFFESOLI, Michel. Elogio da razão sensível. Petrópolis: Vozes, 1998.
- MARTON, Scarlett. Nietzsche: a transvaloração dos valores. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.
- MATOS, Olgária. Filosofia, polifonia da razão: filosofia e educação. São Paulo: Scipione, 1997.
- ORTEGA, Francisco. Intensidade: para uma história herética da filosofia. Goiânia: Editora UFG, 1998.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- _____. Um discurso sobre as ciências. 11. ed. Porto: Afrontamento, 1999.

1* Mestrando em Educação Brasileira, pela UFG, e professor na Faculdade de Educação – UFG.